

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UEM E OS IMPACTOS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ

Gabriela da Silva Viana*
Marcos Vinicius Francisco**

Resumo Esta pesquisa teve como objetivo analisar o impacto da Política de Assistência Estudantil (PAE) no processo de formação inicial de estudantes do curso de Licenciatura em Educação Física do Campus Regional do Vale do Ivaí (CRV) vinculado à Universidade Estadual de Maringá (UEM). A investigação assenta-se nos pressupostos do materialismo histórico-dialético tendo como recursos metodológicos a análise documental e a revisão bibliográfica. Os resultados revelaram que, apenas as dimensões da alimentação e da inclusão digital foram direcionadas aos estudantes do curso de formação de professores/as de Educação Física do CRV, sendo que ao estratificar aqueles/as que se enquadravam em condição de vulnerabilidade social, a evasão se fez intensa nessa realidade.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Formação de professores; Educação Física; Ensino Superior.

THE STUDENT ASSISTANCE POLICY OF THE UEM AND THE IMPACTS ON THE TEACHER TRAINING PROCESS OF THE REGIONAL CAMPUS OF VALE DO IVAÍ

Abstract: This research aimed to analyze the impact of the Student Assistance Policy (PAE) in the process of initial training of students of the Degree in Physical Education of the Regional Campus of Vale do Ivaí (CRV) linked to the State University of Maringá (UEM). The investigation is based on the assumptions of historical-dialectical materialism, having as methodological resources document analysis and bibliographic review. The results pointed that only the dimensions of food and digital inclusion were directed to students of the CRV Physical Education teacher training course, and when stratifying those who were in a condition of social vulnerability, evasion became intense in this reality.

Keywords: Student Assistance; Teacher training; Physical education; University education.

1 - Introdução

A criação de Políticas de Assistência Estudantis nas universidades públicas, do Brasil, vêm sendo utilizadas na expectativa de garantir a permanência e conclusão de curso dos/as estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Pondera-se, a partir de Castilho (2019, p. 131), o quanto o ensino superior, no país, foi lento e elitista, posto que “[...] a política educacional teve seu desenvolvimento centralizado na ótica dos interesses dominantes, sem atenção aos pobres e classe trabalhadora, a não ser em períodos que necessitou da força de trabalho capacitada”.

Advindas da intensificação da desigualdade social, no país, tais políticas vêm sendo ampliadas no ensino superior, com vistas a assegurar o processo de formação dos/as estudantes por meio do desenvolvimento de ações, programas e projetos que contemplem as principais demandas condicionantes da permanência estudantil, a exemplo dos serviços relativos à alimentação, meios de transporte, saúde, moradia e entre outros (BARBOSA, 2009).

Nessa perspectiva, a Universidade Estadual de Maringá (UEM) regulamentou a Política de Apoio e Permanência dos Estudantes, em 2018, aprovada pelo Conselho Universitário (COU) por meio da aprovação da Resolução n.º 019/2018, com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos/as estudantes dos cursos de Graduação e Pós-Graduação, pertencentes à baixa renda (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, 2018a).

É válido ressaltar que devido às condições socioeconômicas de estudantes do ensino superior, sobretudo dos cursos formação de professores/as, muitos/as evadem por falta de tempo para se dedicarem aos estudos ou em função das extensas jornadas de trabalho que complementam a renda familiar, materializando o discurso de que é impossível conciliar os estudos com as atividades laborais (FERREIRA; BARROS, 2018; SENGER, 2018). Todavia, os/as estudantes que possuem condições de permanência, por meio de auxílios estudantis, sobretudo de moradia e alimentação, no caso dos/as vulneráveis socioeconomicamente, as chances de superarem as defasagens referentes à ausência de conhecimentos básicos do curso são maiores, além de terem possibilidades de se dedicar integralmente aos estudos (SILVA; FRANCO, 2014).

A partir da vivência desta realidade no curso de Licenciatura em Educação Física da UEM, Campus Regional do Vale do Ivaí (UEM/CRV), assumem-se como problemáticas centrais desta investigação os seguintes questionamentos: quais fundamentos balizam a Política de Assistência Estudantil (PAE) da UEM? Ela contempla todos/as aqueles/as que dela necessitam? Qual o índice de evasão do curso de Licenciatura em Educação Física? Os/As evadidos/as, em algum momento, participaram de programas ligados à PAE? O que as teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-Graduação em Educação¹, Educação Física e

¹ Também foram eleitos os Programas de Pós-Graduação em Educação, já que eles possuem influências históricas no processo de formação de pesquisadores, em nível de Mestrado e Doutorado, ligados à área didático-pedagógica em Educação Física, no Brasil.

Serviço Social, no contexto brasileiro, revelam sobre o impacto das Políticas de Assistência Estudantis no processo de formação de professores/as de Educação Física?

Justificou-se a presente pesquisa diante do avanço da criação de Programas de Assistência Estudantil nas universidades públicas, sobretudo porque elas ainda sofrem com a ausência de uma Política Pública que apoie de forma efetiva e garantida à inclusão de estudantes pertencentes à classe trabalhadora. Por conseguinte, analisar a realidade de um curso de formação de professores/as, em período integral, do CRV, localizado na cidade de Ivaiporã-PR, constitui-se como importante dimensão, a fim de trazer à tona a realidade do referido contexto, já que não foram encontradas pesquisas pretéritas. O município, em tela, encontra-se localizado em uma das regiões mais pobres, conforme os dados da Taxa de Pobreza nas Comarcas do Estado do Paraná (PARANÁ, 2011).

Destarte, assumiu-se como objetivo geral: analisar o impacto da PAE no processo de formação inicial de estudantes do curso de Licenciatura em Educação Física da UEM/CRV.

2 - Metodologia

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio da revisão bibliográfica e da análise documental e está alicerçada nos pressupostos do método do materialismo histórico-dialético (MHD). Conforme Paulo Netto (2011, p. 53), “o método implica, pois, [...], uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações”.

No que tange a análise documental, foram priorizados documentos oficiais disponibilizados em endereços eletrônicos, a exemplo de resoluções, boletins informativos no site da UEM e os editais para inscrição em programas de auxílio estudantil, referente ao período dos anos letivos de 2019 à 2021, bem como os editais dos/as estudantes selecionados/as para a concessão de auxílios do curso de Licenciatura em Educação Física do CRV. O recorte temporal para a análise dos editais tem como parâmetro o período pós criação da PAE, da UEM, em 2018.

Conforme Evangelista e Shiroma (2019), as Políticas Públicas Educacionais devem ser investigadas dentro do contexto histórico em que estão inseridas, a fim de decifrar as nuances dos documentos para além da aparência dada. Portanto, é

necessário analisar sua trajetória, os/as autores/as e os/as destinatários/as, ou seja, as vozes presentes e silenciadas e os/as interlocutores/as ocultos/as nos documentos, em busca de sua concretude.

Em relação à revisão de literatura, ela foi desenvolvida na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e na Base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO). Os seguintes descritores foram utilizados nas buscas avançadas: “Política”, “Assistência Estudantil”, “Permanência Estudantil”, “Educação Física” e “Formação de Professores”. Os mesmos foram cruzados por meio do operador booleano “AND”. Como critérios de inclusão foram adotados: teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-Graduação do Brasil, vinculados às áreas de Educação, Educação Física e Serviço Social, publicizados no período de 2011 à 2021, bem como artigos em língua portuguesa, espanhola e inglesa. Tal justificativa temporal se firma diante da possibilidade de abarcar produções da área, em um período que houve um aprofundamento das políticas sociais, sobretudo a partir da expansão das universidades públicas, acrescido de seu desmonte.

Por meio da leitura flutuante das obras, aquelas que atenderam aos propósitos da investigação foram lidas na íntegra e utilizados nas análises desta pesquisa, ou seja, aqueles que tinham como foco a Assistência Estudantil em cursos de formação de professores/as, preferencialmente da área de Educação Física. Na sequência, por meio do Quadro 01, apresentam-se as obras selecionadas.

Quadro 01 – Síntese inicial das teses e dissertações selecionadas

Descritores	Base de dados	Total de dissertações, teses e artigos encontrados	Dissertações selecionadas (BDTD)	Teses selecionadas (BDTD)	Artigos selecionados (SciELO)
“Política” AND “Assistência Estudantil” AND “Formação de professores”	BDTD	07	03	01	-
	SciELO	00	-	-	00
“Política” AND “Assistência Estudantil”	BDTD	276	06	03	-
	SciELO	10	-	-	01
“Política” AND “Permanência Estudantil”	BDTD	35	01	04	-
	SciELO	05	-	-	00
“Permanência Estudantil” AND	BDTD	00	00	00	-

“Educação Física”	SciELO	01	-	-	01
Total com duplicações		334	10	08	02

Fonte: Pesquisa bibliográfica na BDTD, 2022.

Das 20 pesquisas inicialmente selecionadas, 04 delas eram duplicadas, ou seja, 16 foi o quantitativo real de produções selecionadas para a fundamentação e análise dos dados deste estudo. Do total, foram selecionadas na BDTD, 14 obras defendidas em programas de Pós-graduação (7 teses e 7 dissertações) e na SciELO 02 artigos. Vale apontar que, todas as produções selecionadas que apresentam como objeto de análise a Política de Assistência Estudantil nos cursos de professores, foram socializadas na língua portuguesa. Referente às produções que fizeram parte do escopo da revisão bibliográfica nesta pesquisa:

a) 07 dissertações defendidas nas seguintes regiões do país/universidades: centro-oeste/ UnB (01), sudeste/ UNESP (01), nordeste/ UFPE (01), UFMA (01), norte/ UFPA (01), UFT (01) e sul/ UNIOESTE (01). As dissertações foram defendidas nas áreas da Educação (04), na área de Sociedade, Estado e Educação (01), na área de Gestão de Políticas Públicas (01) e na área da Gestão Pública (01);

b) 07 teses defendidas nas seguintes regiões do país/universidades: centro-oeste/ UnB (01); sudeste/ PUC-Rio (01), UNESP (02), USP (01); nordeste/ UFS (01) e sul/ UFSC (01). As teses foram defendidas nas áreas da Educação (06) e na área do Serviço Social (01).

Vale ressaltar que, na Pós-graduação em Educação Física, elegida também como critério de seleção, nenhuma produção foi identificada. Na sequência apresenta-se o Quadro 02, a fim de ilustrar as obras selecionadas e que subsidiaram a fundamentação e análise dos dados desta investigação.

Quadro 02 – Obras selecionadas

Título/Autores/as	Dissertação ou Tese/ Artigo/ Área do conhecimento	Vinculação Institucional	Ano de defesa
1- Formação de professores das camadas populares na Universidade: a importância do papel social da educação para romper com o ciclo de exclusão de crianças na educação básica/ MARTINS, Luana Chaves.	Dissertação/ Educação	Universidade de Brasília (UnB)	2018
2- Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES na UTFPR Câmpus Medianeira Marília/ BETZEK, Simone Beatris Farinon.	Dissertação/ Educação	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	2015

3- Monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito da UFPE – Campus Vitória de Santo Antão/ PENHA, Joicy Barbalho Pires.	Dissertação/ Gestão Pública	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	2015
4- A Assistência Estudantil na UFPA e as repercursões para os discentes do curso de Pedagogia: da permanência à conclusão/ SILVEIRA, Antonia Vanessa Freitas.	Dissertação/ Educação	Universidade Federal do Pará (UFPA)	2017
5- Evasão escolar no ensino superior: um estudo nos cursos de licenciatura da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus Cascavel/ CASTRO, Luciana Paula Vieira de.	Dissertação/ Sociedade, Estado e Educação	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	2013
6- A expansão da Educação Superior na UFMA (2010-2014) no contexto do REUNI/ CARVALHO, Evandicleia Ferreira de Carvalho.	Dissertação/ Educação	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	2016
7- Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Tocantins/ MAURICIO, Nathanni Marrelli Matos.	Dissertação/ Gestão de Políticas Públicas	Universidade Federal do Tocantins (UFT)	2019
8- Um estudo sobre a evasão em um curso de licenciatura em Física: discursos de ex-alunos e professores/ KUSSUDA, Sérgio Rykio.	Tese/ Educação	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	2017
9- A política de assistência estudantil da UFF em duas faces: a institucionalidade dos processos e as perspectivas da demanda estudantil/ PINTO, Giselle.	Tese/ Serviço Social	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)	2015
10- Efeitos do PIBID nos cursos de licenciatura do Campus Professor Alberto Carvalho/UFS: estudo comparativo entre egressos participantes e não participantes do programa durante e depois da formação inicial/JESUS, Jairton Mendonça de.	Tese/ Educação	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	2018
11- Políticas de permanência estudantil na educação superior contemporânea: a experiência da UTFPR – Câmpus Medianeira/ GÓMEZ, Magela Reny Fonticiella.	Tese/ Educação	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	2019
12- O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e a formação de professores de Ciências Naturais: possibilidade para a práxis na formação inicial?/ GIMENES, Camila Itikawa.	Tese/ Educação	Universidade de São Paulo (USP)	2016
13- Gênero e Formação Docente: análise da formação das mulheres do campo do curso de licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/ GONÇALVES, Micheli Suellen Neves.	Tese/ Educação	Universidade de Brasília (UnB)	2019

14- Cartografias do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) de Geografia no Brasil: o desenho da política pública e seus saberes/ COSTA, Glauber Barros Alves.	Tese/ Educação	Universidade Federal de São Carlos (UFSC)	2019
15- Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários/ ANDRADE, Ana Maria Jung de; TEIXEIRA, Marcos Antônio Pereira.	Artigo/ Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	2017
16-Graduação em Educação Física na cidade de Porto Velho: motivos de ingresso, interrupção e permanência/ ASSÍS, Ana Fabíola; BENTO, Lauroi Eugênio; PINHO, Sílvia Teixeira de; DELANI, Daniel; TEIXEIRA, Tatiane Gomes.	Artigo/ Educação Física	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	2021

Fonte: Pesquisa bibliográfica na BDTD e na SciELO, 2022.

Com base na coleta de dados, e na busca pela essência do fenômeno, em tela, consideraram-se as principais categorias do MHD, quais sejam a totalidade, classe, reprodução, ideologia, contradição e mediação (EVANGELISTA; SHIROMA, 2019). Vale apontar que tais categorias não são fixas, haja vista que todo objeto investigado revela as suas especificidades.

Na perspectiva anunciada, no processo de análise de dados iniciou-se pelo real e concreto dos documentos, a fim de identificar os elementos centrais que favoreceram a criação de unidades analíticas em consonância com as categorias presentes no MHD (PAULO NETTO, 2011, p. 42). As unidades presentes neste trabalho são: Aspectos históricos e fundamentos que subsidiaram a criação e implementação da Política de Apoio e Permanência dos/as Estudantes da UEM; Análise da PAE/UEM e sua intersecção no processo de formação inicial de estudantes do curso de Licenciatura em Educação Física do CRV.

3 - Aspectos históricos e fundamentos que subsidiaram a criação e implementação da Política de Apoio e Permanência dos/as Estudantes da UEM

Antes de adentrar à realidade investigada, é importante situar historicamente, ainda que brevemente, o objeto de estudo (Política de Assistência Estudantil), a fim de que se possa compreender sua relação com a Universidade investigada, no caso a UEM. De acordo com Kowalski (2012), a constituição da Assistência Estudantil como uma política de direito se deu a partir de três fases distintas. A primeira contempla o contexto de surgimento da primeira universidade (Universidade do Rio

de Janeiro), em 1920, ocasião em que o acesso ao ensino superior era considerado privilégio e atendia exclusivamente a elite brasileira. A partir da criação da Casa do Estudante Brasileiro, em Paris, no ano de 1928, se deu a primeira ação de Assistência Estudantil do país por meio do custeamento de residência para universitários/as que se dirigiam à França e apresentavam dificuldades de se fixarem no país (KOWALSKI, 2012; ASSIS *et al.*, 2013)

Em meio aos avanços e retrocessos, a Assistência Estudantil foi regulamentada a partir de sua integração à Constituição Federal de 1934 (BRASIL, 1934), permitindo a aplicação de recursos para o fornecimento de serviços, a exemplo de bolsas de estudos, assistência alimentar, dentre outros. Nessa década, ainda, destaca-se o início da participação das organizações estudantis para a constituição de um ensino democrático, embora estivesse maciçamente circunscrito às classes mais abastadas (KOWALSKI, 2012; BACK, 2017). Esse processo manteve-se linear até a década de 1980, período de transição da ditadura militar para o regime democrático.

A segunda fase, conforme Kowalski (2012), teve início a partir da criação do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) em 1987, momento em que ocorreram discussões mais significativas em torno da desigualdade social no ensino superior brasileiro. Porém, esse processo se constituiu em meio às disputas políticas, sendo que as discussões acerca de uma PAE ocorriam de forma fragmentada e restrita a algumas instituições e constantemente impulsionadas pelos movimentos estudantis (KOWALSKI, 2012).

A partir do final da década de 1980 e ao longo da década de 1990, o modelo político neoliberal ganha visibilidade no Brasil. No governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) houve a expansão do processo de privatização do ensino superior, aspecto que culminou com a falta de investimentos e responsabilidade do Estado para com o financiamento da Assistência Estudantil pública (KOWALSKI, 2012). Nesse cenário, o FONAPRACE desenvolveu pesquisas com o objetivo de mapear o perfil socioeconômico e cultural dos/as estudantes, a fim de elencar os principais indicadores sociais relacionados às necessidades estudantis, para melhor definir as diretrizes da Assistência Estudantil a serem implantadas (BACK, 2017).

Esses resultados contribuíram para a elaboração do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em 2010, em consonância com a finalidade do

Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), na perspectiva de nortear como as instituições federais poderiam definir programas de assistência aos/às estudantes (DUTRA; SANTOS, 2017; SENGER, 2018).

A partir desse momento, de acordo com Kowalski (2012), inicia-se a terceira e atual fase da Assistência Estudantil, que abrange o período de expansão e reestruturação das universidades brasileiras. Conjuntura possível, pois as mobilizações sociais e a criação de programas governamentais resultaram na significativa sistematização acerca da Assistência Estudantil em prol de uma educação superior pública mais democrática.

Todavia, apesar das políticas sociais se apresentarem como resultado de lutas sociais, Silva (2016) afirma que elas são desenvolvidas de forma estratégica pela classe burguesa, ou seja, atendem-se algumas das demandas populares enquanto se desenvolve a lógica do capital. Destarte, os compromissos assumidos pelo PNAES (BRASIL, 2010) têm se refletido como um referencial para a elaboração de programas que contemplam a Assistência Estudantil nas universidades estaduais.

No que tange às universidades públicas do estado do Paraná, as discussões acerca da implantação de uma PAE estadual tiveram início no ano de 2011, a partir do I Fórum de Assistência Estudantil das Universidades Estaduais Públicas do Paraná, que contou com a presença de representantes da UEM, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), da Universidade do Oeste Paulista (UNIOESTE) da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e da Universidade Estadual de Londrina (UEL), além de membros do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UEM.

De acordo com o então assessor da Assistência Estudantil da UEM, à época, André Gasparetto, o Fórum foi organizado com o objetivo de favorecer a troca de experiências entre as universidades do Paraná, trazendo à tona o debate sobre como uma política estadual, tal como o PNAES no âmbito federal, poderia ampliar os recursos e as condições de permanência estudantis nesse contexto. Nesse contexto, foi redigido o “Manifesto em prol da Assistência Estudantil nas IES do Paraná”, solicitando a implementação de uma PAE paranaense, via encaminhamento à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, 2011a).

É oportuno frisar que o movimento estudantil, com o apoio dos professores da UEM, ocupou papel central na reivindicação pela Assistência Estudantil, ao longo dos anos vindouros. Em relação à alimentação foram cobradas ações da Reitoria, a exemplo da manutenção do Restaurante Universitário (RU), a isenção da taxa da refeição para os/as alunos/as carentes e a construção de restaurantes nos campi regionais, como é o caso do CRV, foco desta investigação (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, 2011b).

Mediante as reivindicações estudantis, o Programa Integrado de Ação Social (PROAÇÃO), da UEM, criado no ano de 2009, por meio da portaria 718/2009-GRE, conta com a participação de docentes, alunos/as e técnicos/as, a fim de fomentar ações voltadas à política social da Universidade, desenvolveu pesquisa entre os anos de 2013 e 2015. Dentre os diferentes dados coletados, destaca-se que 52,00% dos/as estudantes não possuíam residência na cidade de Maringá; 39,77% pertenciam as classes C (renda média familiar de R\$2.409,00), D e E (renda média familiar de R\$ 639,78) (PROAÇÃO, 2019a).

Com base nesta constatação, em 2017, foi entregue ao então reitor, Prof. Dr. Mauro Luciano Baesso, a minuta de regimento da PAE elaborada pelo PROAÇÃO. Tal documento ficou arquivado por um ano e, mediante pressão do DCE da UEM, foi encaminhado pelo então vice-reitor, Prof. Dr. Julio Damasceno, ao COU (PROAÇÃO, 2019b).

Nesse período, o cenário que perdurava nas universidades estaduais do Paraná era o de sucateamento. Em 2018, a Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios (DREM), uma normativa do estado, estabeleceu o contingenciamento de 30% de verbas estaduais, comprometendo diversas atividades, tais como o financiamento de ações, serviços públicos de saúde, manutenção e desenvolvimento do ensino (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, 2019a).

Apesar de na prática existirem ações afirmativas que contribuem para a permanência estudantil na UEM por meio da oferta de bolsas acadêmicas, a saber a Bolsa Permanência, as Bolsas da Central de Estágio do Paraná, o Programa de Apoio à Inclusão Social (PIBIS), o Programa de Monitoria Acadêmica, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), o Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEX), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e o Programa de Integração Estudantil (PROINTE), tornou-se necessária a criação de uma política institucional que abrangesse as

áreas referentes à Assistência Estudantil. Frisa-se que os subsídios financeiros mantenedores de tais bolsas são oriundos, além da própria UEM, de outras entidades de fomento, tais como o Governo do estado do Paraná, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação Araucária (FA).

Desse modo, em meio às reivindicações, a regulamentação da Assistência Estudantil, na UEM, foi efetuada em 30 de julho de 2018, a partir da criação da Política de Apoio e Permanência dos Estudantes, aprovada em sessão plenária pelo COU e instituída por meio da aprovação da Resolução n.º 019/2018 para atender aos/às estudantes dos cursos de Graduação e Pós-graduação, devendo ser executada em todos os campi (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, 2018a).

De acordo com a Resolução, a PAE visa atender, prioritariamente, os/as discentes com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, ou seja, considerados/as com baixo poder aquisitivo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, 2018a). Conforme a proposta aprovada, em seu artigo 3º definiram-se as finalidades desta política, sendo que se destacam algumas:

III - coordenar os diversos setores, departamentos e órgãos da Universidade no esforço institucional para contribuir com a qualidade de vida dos estudantes da UEM por meio da organização e incentivo, dentre outras, de atividades esportivas, culturais, ambientais e de saúde;

IV - estimular a isenção de taxas de alimentação do restaurante universitário e de outras taxas financeiras para os estudantes de baixa renda;

VI - oferecer condições de permanência a todos os estudantes na Universidade Estadual de Maringá;

VII - auxiliar na redução das taxas de retenção e evasão (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, 2018a, p. 03).

As áreas que contemplam a PAE na UEM são: moradia, transporte, acessibilidade, promoção da saúde, alimentação, cultura e inclusão. Os recursos para a implementação das ações da PAE devem ser próprios da universidade e constar em seu orçamento anual (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, 2018a). Entretanto, dentre os aspectos preconizados na resolução, somente a questão da alimentação e da inclusão no cunho digital, tomaram rumos efetivos.

Mediante as iniciativas que visam à democratização nas universidades públicas, o principal desafio da Assistência Estudantil, de acordo com Dutra e Santos (2017) é a ampliação dos recursos orçamentários. Vale apontar que o custeamento de verbas para as instituições federais é feito pelo Ministério da

Educação (MEC), entretanto, ainda são insuficientes para atender a crescente demanda que exigem os programas federais de assistência. Essa condição é ainda mais delicada nas universidades estaduais, pois a ausência de um plano estadual que garanta os custeios para as ações de assistência, somado aos cortes orçamentários, faz com que as instituições destinem recursos próprios, os quais, muitas vezes, são insuficientes para custear as despesas essenciais.

Referente a moradia no campus sede, em Maringá, de acordo com o PROAÇÃO, quase chegou a sair do papel com o início das obras da Casa do Estudante em 2010 (PROAÇÃO, 2019a). Porém, a construção foi paralisada devido aos cortes orçamentários e segue estagnada até hoje.

Quanto aos campi regionais, tal como o CRV, foi possível constatar que os projetos de assistência à moradia são inexistentes, seja por meio de auxílio aluguel ou moradia estudantil. Ou seja, há um longo caminho a se percorrer a fim de garantir a permanência efetiva nesses espaços.

Para o suporte à saúde acadêmica, os alunos do campus sede, em Maringá, contam com o apoio de alguns estabelecimentos, a saber o Hospital Universitário (HU) e projetos de atendimento psicológico. No entanto, muitos desses atendimentos possuem vagas limitadas e, portanto, não conseguem suprir todas as demandas dos alunos. Além disso, os estabelecimentos supracitados fornecem o atendimento presencial, ficando distantes do alcance dos/as estudantes dos campi regionais, tal como o CRV.

Com relação à alimentação, o pedido de isenção foi encaminhado pela PROAÇÃO em outubro de 2018, ao presidente do Conselho de Administração (CAD), Prof. Dr. Julio Damasceno, que, por sua vez, encaminhou à Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários (PRH). Um mês depois, foi enviada uma minuta de Regulamento para o Fornecimento de Auxílio Alimentação e não satisfeita pela ação tomada, a PROAÇÃO encaminhou novo pedido ao CAD, sendo direcionado ao Prof. Leandro Vanalli. De acordo com a coordenação, o reenvio do documento a outro setor, estranho à ação social, colocou em xeque a legitimidade do PROAÇÃO (PROAÇÃO, 2019a).

Diante as mobilizações coletivas, em 10 de dezembro de 2018, por meio da Resolução n.º 031/2018, foram aprovados os critérios e a metodologia de seleção para fornecimento do auxílio alimentação aos/às alunos/as em situação de vulnerabilidade socioeconômica que cursam o ensino presencial na UEM. O/A

candidato/a que cumpre todos os requisitos estabelecidos concorre com os demais e está sujeito aos critérios de classificação, sendo que estudantes com menor poder aquisitivo têm prioridade (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, 2018b).

Em março de 2019, ou seja, três meses depois da aprovação da referida resolução, foram publicados o edital n.º 01/2019 por meio PRH, ligada a Diretoria de Assuntos Comunitários (DCT), tornando pública à abertura das inscrições para a seleção de candidatos/as do campus sede, esses/as que teriam até o fim do respectivo ano letivo o acesso gratuito a até duas refeições diárias, sendo uma no almoço e/ou outra no jantar (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, 2019b). Dois meses depois, no que se refere aos campi regionais, a UEM abriu inscrições para concessão do auxílio alimentação aos/às estudantes de Umuarama, Cianorte, Goioerê, Ivaiporã e Arenito por meio do edital n.º 010/2019- PRH/DCT. Um total de 50 benefícios foram ofertados aos campi (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, 2019c).

Para o ano letivo de 2020, houve a descontinuidade da oferta do auxílio alimentação em meio a pandemia de coronavírus. No que tange ao ano letivo de 2021, não foram planejadas estratégias de apoio à alimentação concomitantemente ao retorno das aulas, sendo que o fornecimento do auxílio alimentação para os/às estudantes selecionados do campus sede e do campus de Cianorte ocorreram um mês após o retorno presencial, em fevereiro, ainda com o RU fechado. Os/As estudantes selecionados/as para a concessão do auxílio dos demais campi (exceto Campus do Arenito), tal como o CRV, até o mês de abril, não estavam recebendo o auxílio, obtido por meio de inscrições no edital n.º 04/2022- PRH/DCT (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, 2022c).

A atual conjuntura revela que os benefícios ligados ao auxílio alimentação não asseguraram a assistência alimentícia para os/as estudantes que necessitavam de tal dimensão da PAE, visto que o fornecimento das marmitas iniciou-se tardiamente ou nem chegou a ser instaurado em determinados campi, dado quatro meses do retorno presencial e pouco mais de um mês para o fim do ano letivo².

Assegurada também pela resolução da PAE, a inclusão digital foi colocada em prática por intermédio do Projeto Institucional de Inclusão Digital, no ano letivo de 2020, diante a aprovação do Ensino Remoto Emergencial (ERE), via Resolução

² Em função da necessidade de reorganização no calendário letivo, por conta da Pandemia de COVID-19, o término do ano letivo de 2021 ocorrerá em maio de 2022.

n.º 006/2020 publicada pelo Conselho de Ensino e Pesquisa (CEP). Em parceria com a Pró-Reitoria de Ensino/Núcleo de Educação a Distância (PEN/NEAD) foram ofertadas aos/às discentes cursos de capacitação para o uso de tecnologias digitais (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, 2022a).

Além disso, os/as discentes dos cursos presenciais enquadrados/as na condição de vulnerabilidade econômica, ao comprovarem o não acesso às tecnologias digitais da informação e comunicação, tais como *notebooks*, celulares e serviços de internet, puderam ter sua condição contornada por meio do empréstimo de equipamentos fornecidos pela UEM (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, 2020).

Por meio da publicação do edital n.º 002-A/2022, de caráter permanente, (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, 2022b), até a data de 10/04/2022, 187 estudantes tiveram as inscrições homologadas para o empréstimo de equipamentos, sendo que dez (10) deles/as são do CRV. Cabe ressaltar que os dados referentes ao curso de Licenciatura em Educação Física no que concerne à PAE da UEM serão detalhados na próxima unidade de análise.

4 - Análise da PAE/UEM e sua intersecção no processo de formação inicial do curso de Licenciatura em Educação Física do CRV

A UEM/CRV localizada na cidade de Ivaiporã, oferta os cursos de História, Serviço Social e de Licenciatura em Educação Física, sendo este, desenvolvido no período integral e atende, atualmente, alunos/as de Ivaiporã, de outras regiões do estado do Paraná, além de outras unidades federativas da nação.

Ao analisar os programas de apoio à permanência estudantil existentes no campus, somente dois eixos, assegurados pela PAE, são desenvolvidos (alimentação e inclusão digital). Essa defasagem implica, mais intensamente, nos/as estudantes lotados/as no turno integral, uma vez que passam o dia na universidade e dependem da família para financiar as condições de permanência. É nesse contexto que a evasão do ensino superior se insere, pois o desfavorecimento financeiro dos pais/responsáveis culmina com a necessidade dos/as estudantes buscarem no mercado de trabalho uma forma de compor a renda familiar.

Em relação ao ano letivo de 2019, foram ofertadas quarenta (40) vagas anuais para o curso de Licenciatura em Educação Física, vinte e sete (27) candidatos/as tiveram aprovação no vestibular e seis (06) foram contemplados/as

pelas vagas remanescentes, entretanto, apenas quinze (15) se matricularam. Dos matriculados/as, ao final do ano letivo de 2021, ou seja, após três anos de curso, dez (10) se evadiram ou trancaram o curso para se dedicar as atividades laborais; e apenas cinco (05) estudantes, 33,33%, permaneceram ativos/as.

Além do entrave apresentado pelo turno integral, os cursos de licenciatura, mediante aos arranjos construídos nas últimas décadas pelas políticas públicas educacionais, vivenciaram a ausência de investimentos nos cursos de formação de professores/as. A baixa expectativa em relação à futura profissão, o declínio do *status* social e a precarização do trabalho docente, também são alguns dos motivos pela falta de procura (MARQUES; PEREIRA, 2002; PEREIRA, 2018).

Em se tratando do CRV, infere-se que a baixa procura pelo curso de licenciatura em Educação Física é decorrente dos motivos supracitados, somada à falta de condição dos/as estudantes se manterem matriculados/as num curso que demanda permanência integral. Acrescenta-se, o deslocamento para os que residem na cidade ou em municípios vizinhos e os gastos com moradia para aqueles/as que advêm de contextos longínquos.

Referente aos/as ingressantes em 2019 que permaneceram no curso ao final do ano letivo de 2021, no Quadro 03 são apresentadas informações dos benefícios concedidos pela PAE, bem como de bolsas captadas, com algum tipo de remuneração (PIBEX, PIBIC e PROINTE), pelos/as docentes do curso, a fim de auxiliá-los/as na permanência e/ou deslocamentos para Ivaiporã.

Quadro 03 – Benefícios da PAE e bolsas concedidas aos/às ingressantes em 2019

Estudantes matriculados/as no curso ao final do ano letivo de 2021	Sexo	Benefícios ligados à PAE	Bolsas PIBEX	Bolsas PIBIC	Bolsas PROINTE
Estudante 01	F	Auxílio alimentação em 2019	-	-	2020 e 2021
Estudante 02	F	Auxílio alimentação em 2019	2019	2020 e 2021	-
Estudante 03	F	Desconto nas refeições	2019 e 2020	-	-
Estudante 04	F	Desconto nas refeições	-	-	-
Estudante 05	M	Desconto nas refeições	2019 e 2020	-	-

Fonte: Autores (2022).

Como visto, duas (02) estudantes foram beneficiárias do auxílio alimentação vinculado à PAE, em 2019, usufruindo de refeições gratuitas nos dias úteis da

semana; três (03) estudantes embora não beneficiados integralmente, usufruíram do desconto parcial e pagavam R\$ 4,00 pela refeição. Essa não é uma condição ideal, porém ela tem se apresentado como fundamental para minimizar os gastos com alimentação de estudantes que apresentam limitado poder aquisitivo. Frisa-se ainda, que os/as beneficiários do auxílio alimentação do ano letivo de 2019, concluíram os respectivos semestres letivos.

A partir desses dados, são válidas as ponderações de Souza (2015), para quem a oferta da Assistência Estudantil para os estudantes é apontada como solução para os problemas socioeconômicos. Além de assegurar à permanência, propiciam a melhora da qualidade de vida, sobretudo daqueles/as que frequentam cursos integrais. Acrescentam-se, ainda, as possibilidades de captação de bolsas que cumprem função similar e de valorização ao bom desempenho acadêmico.

Nesse íterim, quatro (04) estudantes obtiveram algum tipo de bolsa entre o ano letivo de 2019 e 2021. Vale destacar que a permanência na universidade os/as credencia para outras possibilidades, a exemplo da bolsa ligada ao PIBIC, condição assegurada a uma estudante que apresentou ótimo desempenho acadêmico em dois anos consecutivos. No entanto, em determinados cenários, o valor assegurado pelas bolsas é insuficiente ao/à aluno/a pertencente à classe trabalhadora que necessita de um rendimento financeiro maior para sustentar suas necessidades básicas, como é o caso de um aluno ingressante em 2019 que desistiu da bolsa do PIBIC auferida no ano letivo de 2021, evadindo-se do curso também para se dedicar às atividades laborais, as quais supririam melhor seu custo de vida, quando comparado ao valor da bolsa (R\$ 400,00 mensais).

Com relação aos/às ingressantes no ano letivo de 2020, das quarenta (40) vagas ofertadas para o referido curso, trinta e três (33) candidatos/as foram aprovados/as no vestibular e seis (06) foram contemplados/as pelas vagas remanescentes. Todavia, apenas vinte e três (23) se matricularam. Ao final do ano letivo de 2021, após dois anos de curso, o quantitativo de evadidos/as ou que trancaram o curso para exercer atividades laborais foi de dezessete (17) alunos/as, acrescido de uma estudante que veio a óbito. Ou seja, apenas cinco (05) estudantes, 21,73%, permaneceram ativos/as ao final do ano letivo de 2021, conforme o Quadro 04.

Quadro 04 – Benefícios da PAE e bolsas concedidas aos/às ingressantes em 2020

Estudantes matriculados/as no curso ao final do ano letivo de 2021	Sexo	Benefícios ligados à PAE	Bolsas PIBEX	Bolsas PIBIC	Bolsas PROINTE
Estudante 01	F	-	2020	-	-
Estudante 02	M	-	-	-	-
Estudante 03	M	-	-	2021	-
Estudante 04	M	-	-	2021	-
Estudante 05	M	-	-	2021	-

Fonte: Autores (2022).

Quatro (04) estudantes que frequentam regularmente o curso, foram contemplados/as com bolsas ao longo de dois anos de curso, dado o bom desempenho acadêmico, sendo uma (01) via PIBEX e três (03) estudantes via PIBIC. Nenhum estudante foi contemplado/a por benefícios da PAE. Complementa-se que, no ano letivo de 2020, tendo em vista o ERE, a UEM não disponibilizou o auxílio alimentação. E, no ano letivo de 2021, nenhum/a estudante foi selecionado/a para a concessão do benefício alimentício e nem puderam usufruir do desconto nas refeições, já que esta possibilidade tornou-se inexistente após o retorno das aulas presenciais. Frisa-se que todos/as os/as beneficiários/as de bolsas acadêmicas permaneceram ativos/as ao final do ano letivo de 2021.

Diante desta realidade, corrobora-se com Santos (2009), pois a permanência na universidade está associada as condições materiais e simbólicas de existência. Além da moradia, alimentação, transporte, entre outros aspectos, o/a estudante também necessita identificar-se, ser reconhecido e pertencer ao grupo social. Não basta promover políticas públicas que garantam somente subsídios materiais aos estudantes com menores condições socioeconômicas à universidade, requer-se também o desenvolvimento de políticas voltadas à sua permanência.

Tais questionamentos são oportunos, sobretudo, quando se analisa os processos de formação de professores/as em Educação Física. Assim, como nas demais licenciaturas, a Assistência Estudantil nesses cursos desenvolve um papel a longo prazo, para além do apoio à permanência imediata, como mencionado.

Andrade e Lopes (2017) argumentam que a Assistência Estudantil deve complementar o processo de formação inicial e a futura inserção profissional desses/as sujeitos/as. Na mesma perspectiva, Andrade e Teixeira (2017, p. 13) salientam que “[...] os serviços de apoio e [...] assistência estudantil devem promover

condições ao estudante de pensar sua identidade pessoal/profissional e auxiliar no desenvolvimento de sua capacidade de imaginar e planejar seu futuro”, de tal forma que supram suas necessidades básicas.

No que diz respeito à turma ingressante para o curso de Educação Física, no ano letivo de 2021, foram ofertadas quarenta (40) vagas. Sete (07) candidatos/as foram aprovados/as via vestibular e vinte e um (21) foram contemplados/as pelas vagas remanescentes. Todavia, apenas quinze (15) candidatos/as se matricularam. Ao final desse primeiro ano de curso, o quantitativo de evadidos/as ou que trancaram o curso para exercer atividades laborais foi de nove (09) alunos/as. Ou seja, apenas seis (06) estudantes, 40,00%, permaneceram ativos/as em seu curso. Em relação aos/às matriculados/as, no Quadro 05, são apresentadas informações acerca dos benefícios recebidos durante o respectivo ano letivo.

Quadro 05 – Benefícios da PAE e bolsas concedidas aos/às ingressantes em 2021

Estudantes matriculados/as no curso ao final do ano letivo de 2021	Sexo	Benefícios ligados à PAE	Bolsas PIBEX	Bolsas PIBIC	Bolsas PROINTE
Estudante 01	F	-	-	-	-
Estudante 02	F	-	-	-	-
Estudante 03	F	-	-	2021	-
Estudante 04	F	-	-	-	-
Estudante 05	F	-	-	-	-
Estudante 06	M	-	-	-	-

Fonte: Autores (2022).

Dos/as estudantes regularmente matriculados/as, nenhum deles/as, assim como a turma analisada, anteriormente, dispuseram de auxílio alimentação e do desconto nas refeições. Todavia, apesar de não receberem nenhum benefício relacionado à PAE, um (01) deles obteve auxílio ligado ao PIBIC.

Os dados, em sua totalidade, revelam a insuficiência da PAE na realidade dos/as estudantes de Licenciatura em Educação Física após quatro (04) anos de sua criação. A fim de desvelar as múltiplas determinações do fenômeno da Assistência Estudantil, Mauricio (2019) estabeleceu uma rigorosa análise acerca dessa dimensão, na Universidade Federal do Tocantins:

É necessário ressaltar que, além da vulnerabilidade socioeconômica, muitos fatores podem afetar o desempenho acadêmico como, por exemplo, fatores acadêmicos, pessoais, institucionais, por isso o PNAES preconiza, também, o apoio psicopedagógico. Além disso, é importante destacar as peculiaridades de cada curso, as diferenças

entre os cursos das áreas de exatas e humanas, o turno do curso, entre outros (MAURICIO, 2019, p. 90).

Nesse interím, conforme Castilho (2019), as políticas sociais públicas de caráter seletivo exigem a comprovação da renda individual e familiar com a intenção de verificar se os/as requerentes atendem aos critérios de inclusão dos programas. Desse modo, a partir da realidade do CRV, e em consonância com Ganam e Moreira (2018) e Castilho (2019), essa seletividade traz a ideia de que mesmo aqueles/as que têm direito a tais programas, não se apropriam dos mesmos por haver uma estratificação entre os/as mais desfavorecidos/as economicamente.

Inclusive, reforça Marx (2017, p. 881), o capitalismo: “é tanto um processo de produção das condições materiais de existência da vida humana, como um processo que, operando condições histórico-econômicas de produções específicas, produz e reproduz essas mesmas relações de produção”.

Ou seja, a condição socioeconômica dos/as estudantes revela a natureza do capital e o seu impacto na constituição de uma sociedade pautada em classes. O valor produzido pela classe trabalhadora, por meio do trabalho, reverte-se em salários, isso é, para aqueles/as que não se encontram na condição de reserva de mão de obra, de tal modo que o que recebem garante a subsistência mínima e um limitado processo de apropriação das objetivações humanas.

Ainda, com relação aos cursos de formação de professores/as, Penha (2015) em amostra relativa à sua tese de doutorado, concluiu que os cursos de licenciatura são os que abrangem o maior número de beneficiários/as da PAE. Ou seja, 70% apresentavam renda familiar abaixo de 1 salário mínimo. Em consonância Betzeck (2015), ao analisar a procedência dos/as beneficiários/as do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES na UTFPR Câmpus Medianeira Marília, averigou que 90% dos alunos dos cursos de licenciatura atendidos/as pelos programas de Assistência Estudantil são oriundos de escolas públicas. Dessa forma, a Assistência Estudantil situou-se como mecanismo essencial de apoio à permanência e conclusão de curso de estudantes vulneráveis socioeconomicamente.

Esse cenário de vulnerabilidade, decorrente da desigualdade social, como bem esclareceu Marx (2017), é decorrente das condições materiais de existência da vida humana, estas que se encontram subjugadas ao processo global de produção capitalista. As políticas sociais, a exemplo da Assistência Estudantil deverão ser entendidas, apenas, como um meio para que a classe trabalhadora consiga ocupar

espaços dominados e tidos como exclusivos da burguesia, se houver a pretensão de promover uma transformação social. Lembrando que esta é apenas uma das múltiplas determinações ou facetas que deverão ser entendidas como bandeiras de lutas da classe proletariada.

Considerações finais

Ao analisar a historicidade para compreender em totalidade o objeto de estudo Políticas de Assistência Estudantil, constatou-se que na luta pela sua implementação nas universidades públicas, no Brasil, obtiveram destaque as organizações sociais coletivas, sobretudo as de estudantes. Não distante da realidade investigada, o movimento estudantil somado as iniciativas do PROAÇÃO, foram os agentes mobilizadores na busca de uma PAE para a UEM.

Em relação aos aspectos que contemplam a PAE da UEM, sendo eles moradia, transporte, acessibilidade, promoção da saúde, alimentação, cultura e inclusão, averiguou-se a inexistência da maioria dessas dimensões no CRV, sendo contempladas apenas as dimensões da oferta de benefícios para alimentação estudantil e a inclusão sob o cunho digital. Citam-se, ainda, as bolsas ligadas ao PIBIC, PIBEX e ao PROINTE que mesmo não estando ligadas à PAE, contribuíram para a permanência de alunos/as desfavorecidos/as economicamente. Em oposição, ao estratificar aqueles/as que se enquadravam em condição de vulnerabilidade social e contemplar apenas alguns/algumas estudantes, a evasão estudantil se fez intensa nessa realidade.

Não se pode perder de vista que tais benefícios e bolsas apresentam caráter essencialmente material, sem abranger a totalidade dos aspectos necessários à permanência de estudantes dos cursos de formação de professores/as.

Além disso, a descontinuidade do benefício após o vencimento do prazo, coloca a Assistência Estudantil como mecanismo isolado dos vários aspectos que abrangem as condições de permanência de estudantes vulneráveis socioeconomicamente, visto que a desigualdade que permeia a sociedade está relacionada a problemas estruturais oriundos do processo global de produção capitalista. Posto isso, sua superação deverá ocorrer por meio dos mecanismos de resistência e reivindicação coletivas, a fim de contemplar todos/as que necessitarem.

Destarte, seria importante a criação de espaços para o debate acerca da Assistência Estudantil no CRV, visto que possui suas particularidades e, portanto, melhor conhecimento sobre os modos mais eficazes de operacionalização dos serviços prestados. Além disso, evidenciou-se a importância da criação de uma PAE estadual, tal como o PNAES apoia as instituições federais, para minimizar as desigualdades socioeconômicas no ensino superior do Paraná e garantir que os/as estudantes concluam os cursos com êxito.

Admite-se, ainda, a partir do contexto investigado, a importância do apoio aos/às estudantes das licenciaturas, estes/as que apresentam, majoritariamente, baixo poder aquisitivo, sobretudo, se houver a intenção de reverter o atual cenário de ausência de reconhecimento social da profissão de professor/a. Tal reflexo vem sendo materializado na baixa procura pelas licenciaturas, a exemplo do curso de Educação Física, acrescido de um intenso processo de precarização do trabalho docente via intensificação e flexibilização das condições para o exercício da profissão.

Por fim, acrescenta-se a necessidade de estudos posteriores sobre o tema já que os dados analisados, apesar de apresentarem um panorama local, evidenciam os resultados de uma política recentemente instituída. Há que se considerar, ainda, o contexto histórico e social atual transpassado pelo advento da pandemia do coronavírus, o qual provocou a descontinuidade de alguns benefícios e implicará novos rearranjos políticos, sociais e econômicos.

Referências

ANDRADE, Ana Maria de; TEIXEIRA, Marco Antonio Pereira. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 512-528, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/wqhZ5Km7XCbNbPTRwQrjP6x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 abr. 2022.

ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; LOPES, Ludimila Façanha. Assistência estudantil e formação de professores no IFCE: um elo possível? **Teias**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 50, p. 293-305. jul./set. 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/29383/21625>. Acesso em: 12 abr. 2021.

BACK, Larissa Brand. **Política de assistência estudantil: interfaces com o reconhecimento das diferenças e a promoção de equidade**. 2017. 146 f. Dissertação

(Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2017.

BARBOSA, Roseane de Almeida. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB**. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Estado, Direitos Sociais e Políticas Sociais). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

BETZEK, Simone Beatris Farinon. **Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES na UTFPR Câmpus Medianeira**. 2015. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2015.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial da União**, 16 de julho de 1934. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 11 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES. Casa Civil do Palácio do Planalto, Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 02 abr. 2020.

CASTILHO, Daniela Galera. **A política de assistência estudantil do IFSP - Câmpus Birigui e a desigualdade social: necessidades e contradições**. 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2019.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/63KjnRwHdxVTTxKwdSmbvwx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 jul. 2021.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. In: CÊA, Geórgia Sobreira; RUMMERT, Sonia Maria; GONÇALVES, Leonardo Dorneles (orgs.). **Trabalho e educação: interlocuções marxistas**. Rio Grande do Sul: Editora da FURG, 2019, p. 83-120.

FERREIRA, Luciano; BARROS, Rui Marcos. Uma análise do discurso do aluno trabalhador acerca de sua evasão: caso específico do curso de Matemática da UEM. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 34, 2018. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e171043.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

GANAM, Eliana Almeida Soares; MOREIRA, Ana Carolina Gonçalves da Silva Santos. Retratos da desigualdade social: reflexões sobre a permanência de estudantes pobres egressos de escola pública na universidade pública. In:

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16, 2018, Vitória. **Anais...** Vitória, ES. v. 16, p. 1-14, 2018.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da Política de Assistência Estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 180 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MARQUES, Carlos Alberto; PEREIRA, Julio Emílio Diniz. Fóruns das licenciaturas em universidades brasileiras: construindo alternativas para a formação inicial de professores. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XXIII, n. 78, p. 171-183, abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ttSM9xD7xmFYKKBQrfVzsYB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 de abr. 2022.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política – livro III – o processo global de produção capitalista**. Tradução: Rubens Enderle; Edição de Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo, 2017.

MAURICIO, Nathanni Marrelli Matos. **Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Tocantins**. 2019. 178 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas). Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2019.

PARANÁ (Estado). **Taxa de pobreza – por ordem crescente- comarcas do estado do Paraná e suas entrâncias**. Ministério Público do Paraná: Subprocuradoria-Geral de Justiça para assuntos de planejamento institucional. 2011. Disponível em: <http://www.planejamento.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2454>. Acesso em: 15 abr. 2020.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PENHA, Joicy Barbalho Pires. **Monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito da UFPE - Campus Vitória de Santo Antão**. 2015. 186 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

PEREIRA, Leoclécio Dobrovoski Silva. **Crise nas licenciaturas e as lutas pela educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando, 2018.

PROAÇÃO. **Órgão social da UEM**. Maringá: PROAÇÃO, 2019a.

PROAÇÃO. **Histórico do PROAÇÃO**. Maringá: PROAÇÃO, 2019b.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SENGER, Amália. **Assistência estudantil no ensino superior: uma análise do programa auxílio estudantil da Universidade Tecnológica Federal do Paraná**,

Campus Toledo. 2018. 191 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2018.

SILVA, Lessandra da. **Reflexões sobre hegemonia do projeto ético-político profissional**: análise das concepções, práticas e demandas do Serviço Social no Ministério Público e na Policlínica Municipal de Saúde. 2016. 94 f. Monografia (Serviço Social), Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, Mônica Bordim Sanches; FRANCO, Valdeni Soliani. Estudio sobre la evasión en el curso de física de la Universidad Estatal de Maringá: modalidad presencial versus modalidad a distancia. **Associação Brasileira de Educação a Distância**, v. 13, p. 385-410, 2014. Disponível em: <http://seer.abed.net.br/index.php/RBAAD/article/view/260>. Acesso em: 05 ago. 2021.

SOUZA, Terezinha Rosa de Aguiar. **Estudo das relações entre a permanência no ensino técnico e a assistência estudantil no IFTM – Campus Paracatu**. 2015. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Construindo a Assistência Estudantil na UEM**. Maringá, 2011a. Disponível em: http://www.noticias.uem.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6109:construindo-a-assistencia-estudantil-na-uem&catid=240:informativo-967&Itemid=101. Acesso em: 24 set. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM). **Alunos reivindicam melhorias no RU**. Maringá, 2011b. Disponível em: http://www.noticias.uem.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6093:alunos-reivindicam-melhorias-no-ru&catid=240:informativo-967&Itemid=101. Acesso em: 11 abr. 2022.

UEM. Conselho Universitário. **Resolução n.º 019/2018 de 30 de julho de 2018**. Aprova a Política Institucional de Apoio e Permanência dos Estudantes na Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 6 de agosto de 2018. 2018a. Disponível em: <<http://www.scs.uem.br/2018/cou/019cou2018.htm>>. Acesso em: 11 abr. 2022.

UEM. Conselho Universitário. **Resolução n.º 031/2018 de 10 de dezembro de 2018**. Aprova os critérios e metodologia de seleção para fornecimento de auxílio alimentação aos alunos da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 28 de janeiro de 2019. 2018b. Disponível em: <http://www.scs.uem.br/2018/cou/031cou2018.htm>. Acesso em: 11 abr. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Reitores de universidades estaduais unem esforços contra cortes**. Maringá, 2019a. Disponível em: http://noticias.uem.br/index.php?option=com_content&view=article&id=23737:reitores-de-universidades-estaduais-unem-esforcos-contracortes&catid=986&Itemid=211. Acesso em: 11 abr. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Edital n.º 01/2019-PRH/DCT**. Inscrição e seleção de candidatos (as) ao “Auxílio Alimentação” da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2019b. Disponível em: <http://www.dct.uem.br/Edital001-19-DCT.PDF>. Acesso em: 11 abr. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Edital n.º 010/2019-PRH/DCT**. Inscrição e seleção de candidatos (as) ao “Auxílio Alimentação” da Universidade Estadual de Maringá-Câmpus Regionais: Umuarama, Cianorte, Goierê, Vale do Ivaí/Ivaiporã e Arenito/Cidade Gaúcha. Maringá, 2019c. Disponível em: <http://www.dct.uem.br/Edital10.PDF>. Acesso em: 11 abr. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Edital n.º 001/2020-PEN/PRH-DCT**. Abre a inscrição para discentes em situação de vulnerabilidade econômica sem acesso às tecnologias digitais da informação e comunicação. Maringá, 2020. Disponível em: <http://www.pen.uem.br/site/public/link/download/33e62b47c484d5108d99c341930b57fac6e4fac7>. Acesso em: 11 abr. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Edital Permanente n.º 002-A/2022-PEN**. Abre inscrição para discentes e docentes da UEM que necessitam de notebook, tablet e/ou smartphone e/ou dispositivo de transmissão de dados para desenvolvimento das atividades de ensino na forma remota. Maringá, 2022a. Disponível em: <http://www.pen.uem.br/site/public/link/download/50af6331be49331f14c5a84fc3da57599ff8df31>. Acesso em: 11 abr. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Edital n.º 04/2022-DCT**. Inscrição e seleção de candidatos (as) ao “Auxílio Alimentação” da Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Campus Sede e Campus Regionais de Cianorte, Goioerê, Ivaiporã e Umuarama. Maringá, 2022b. Disponível em: <http://www.asc.uem.br/images/2022/edital-004-2022-prh-dct.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Pró-Reitoria de Ensino. **Projeto Institucional de Inclusão Digital**. 2022c. Disponível em: <http://www.pen.uem.br/site/public/programa/d34d1fae2c28c0304b70c60fd253d35ba6f85c20>. Acesso em: 11 abr. 2022.

Notas

* Gabriela da Silva Viana é graduada pelo curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Maringá, Campus Regional do Vale do Ivaí (UEM/CRV). E-mail: gabiviana1704@gmail.com

** Marcos Vinicius Francisco é doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus de Presidente Prudente. Atualmente é docente Educação Física da Universidade Estadual de Maringá, Campus Regional do Vale do Ivaí (UEM/CRV) e do Programa de Pós-graduação em Educação da UEM. E-mail: mvfrancisco@uem.br